



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

## **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE 2016 DA UNIDADE DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO DO MARANHÃO**

Às 15h20min do dia 01 de fevereiro de 2016, às 15h20 deu-se início a primeira Reunião da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, no Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, localizado na Rua do Egito, número 144 - Centro, São Luís-Maranhão. Contando com a presença das seguintes autoridades: Desembargador Jose de Ribamar Froz Sobrinho, Coordenador Geral da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário; MM. Fernando Mendonça, Juiz Titular da 2ª VEP da Comarca de São Luis; MM. Lewman de Moura Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luis; MM. Vanessa Machado Lordão, juíza de Direito Titular da Comarca de Alto Parnaíba; MM. Gladiston Luis Cutrim, Juiz Auxiliar de Planejamento da CGJ; MM. Rosangela Prazeres Juíza Auxiliar da CGJ; MM> Artur Gustavo Azevedo do Nascimento, Juiz representante da AMMA; MM. Celso Serafin Junior; Heider Silva Santos, Defensor Público, Gerson Lelis Costa, Presidente do Conselho da Comunidade; Camila Barbosa Neves, Subsecretária da Administração Penitenciária. A reunião iniciou-se Às 15h10min, com a apresentação pelo Sr. Ariston Apoliano Chagas Júnior, das autoridades presentes; após isso, o Sr. Ariston passa a apresentar o Fluxograma da Unidade de Monitoramento e Fiscalização e o Cronograma dos eventos programados para 2016, os Mutirões que precisam ser realizados para a verificação das situações específicas de cada preso, detalhando explicações sobre cada tópico. O Sr. Ariston esclarece que o Programa apresentado será disponibilizado para todos os órgãos competentes por e-mail. Apresenta também a rotina dos pólos das Comarcas do Estado do Maranhão e justifica a escolha desses pólos por razões geográficas e também devido ao excesso de prisões provisórias com mais de 100 (cem) dias. Fica como sugestão que o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário realize uma reunião e nela defina as suas demandas, de maneira a cumprir com o calendário proposto para ser apresentado na próxima reunião. A reunião foi encerrada às 17h (dezessete horas) e não havendo mais o que se tratar, foi lavrada a presente ata por Luana Torres da Costa Santos e Hamanda Ferreira, estagiárias de Psicologia da Unidade de Monitoramento e Fiscalização, e esta deverá ser lida e assinada pelos responsáveis.

**ASSINATURA DOS PRESENTES:**



## ATA DE REUNIÃO

Às treze horas do dia primeiro de agosto de dois mil e dezesseis, no Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, iniciou-se a sétima Reunião da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário a fim de tratar sobre “Violência Doméstica, Pensão Alimentícia e Sistema Prisional”. Reuniu-se o Dr. Nelson Melo de Moraes Rego – Juiz de Direito da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica contra a Mulher, Dr. Celso Serafim Jr. – Juiz de Direito, Dr. Vinicius Carvalho Goulart Reis – Defensor Público do Núcleo de Execução Penal – Casa de Detenção, Dr. Pedro Lino Silva Curvelo – Promotor de Justiça da 2ª Vara de Execução Penal da Capital, Dr. Maymone Barros Lima – Delegado SSP-MA, Dra. Ana Karolina Nunes – Presidente da Comissão de Políticas Penitenciárias OAB, Dra. Camila Portela – SEDIHPOP, Dra. Maria da Conceição R. F Souza – Comissão Direitos Humanos OAB, Dra. Simone Costa Miranda Araújo – Coordenadora de Medidas Socioeducativas da SEDUC, Raimundo Nonato Araújo Fonseca – Diretor da UPR Olho d’Água, Adrielle Araújo – Secretária da 1ª Vara da Família de São Luís, Senhora Odaiza Moura Gadelha Neta – Secretária Adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária, Dr. Gerson Lelis Costa – Presidente do Conselho da Comunidade, Jose Ribamar Santos Coelho – Conselheiro do Conselho da Comunidade, Senhor Maécio de Assis Coelho Cutrim – Diretor Geral do Albergue, Dr. Ariston Chagas Apoliano Júnior – Coordenador Executivo da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF). As atividades foram iniciadas pelo Coordenador da Unidade de Monitoramento – Ariston Apoliano que deu boas-vindas aos presentes, em seguida fez uma breve apresentação dos representantes dos órgãos que estavam presentes, e passou a palavra ao Dr. Nelson Melo, que agradeceu a presença dos representantes, falou da pauta que tem como objeto de reflexão para todos. Fez uma apresentação através de slides abordando o seguinte tema “Das Prisões Provisórias na Violência contra a Mulher” falando dos seguintes tópicos: primeiro - Medida Cautelar Penal de Prisão preventiva no microsistema da Lei 11.340/06 - § 8º do art. 226 da CF/88 c/c art. 20 da LMP e ainda art. 311 do CPP; segundo - Art. 312 do CPP c/c art. 20 da LMP; terceiro - Art. 313, IV do CPP (descumprimento de MPU) c/c art. 42 da LMP; quarto - Da prisão Assecuratória dos direitos fundamentais da Mulher (Direitos Humanos da



Mulher); como medida de proteção do direito à vida e do direito à integridade da mulher (física, emocional, moral e sexual); quinto - do art. 5º e inciso LXI da CF/88, disposições de tratados internacionais: CEDAW – Convenções sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as mulheres e CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ – convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Mencionou que não tem um inquérito policial aberto, e as mulheres vão à Delegacia pedir proteção contra as ameaças do agressor. Ressaltou sobre a prisão civil por descumprimento de obrigação alimentícia decorrente da violência doméstica reconhecida no inciso V do Art. 22 da Lei 11.340/06 – LMP. Paulo Guilherme mencionou que é de grande importância a participação dos profissionais Psicólogo, Assistente Social e etc. Dr. Nelson Melo retomou a palavra, e falou sobre o caso de uma mulher da Comarca de Matinha que tinha contato com o agressor, se recusava a ficar em abrigo, e recordou sobre os movimentos da Mulher que foi de grande importância para a garantia de seus direitos pela Lei. Dr. Pedro Lino ressaltou sobre um ponto que lhe chama atenção, qual seja a prisão do indivíduo e o tempo que ele permanece, que supera a pena definitiva, discorreu ainda que esteve na Casa de Albergado e se deparou com pessoas presas por descumprimento de obrigação da Lei, questionou da lotação da Unidade que ficam de trinta a sessenta dias na Casa do Albergado. Dr. Odaiza Moura falou que na UPR do Olho d'Água possui dezesseis presos por terem cometido violência contra mulher, disse que eles não vão para o Centro de Triagem, e sim direto para a Casa do Albergado. Dr. Pedro Lino retomou a palavras e sugeriu que as pessoas da P.A fossem colocadas em locais diferentes, para evitar outros males. Diretor Maécio de Assis constatou que a Casa do Albergado não suporta as demandas e está buscando junto a SEAP, todas as providências necessárias. Dr. Ariston Apoliano ressaltou que hoje aconteceria a assinatura do Termo de Acordo e Controle, entre os Órgãos, mais foi adiado, e até o fim do mês, pois aguardará a resposta do Governador para poder assinar o Termo. Em seguida, foi sugerida a pauta da próxima Reunião “Assistência Jurídica”, para reunião a ser realizada na primeira semana de setembro. Dr. Ariston agradeceu a todos que compareceram na Reunião. Nada a mais a ser tratado encerrou-se a reunião. Eu José Henrique Santos Sá Sobrinho lavrei esta Ata, que vai assinada pelos presentes.

São Luís, 01 de agosto de 2016



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Presentes:

Dr. Nelson Melo de Moraes Rego  
**Juiz de Direito da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica contra a Mulher**

Dr. Celso Serafim Júnior  
**Juiz de Direito da Comarca de Matinha**

Dr. Vinicius Carvalho Goulart Reis  
**Defensor Público do Núcleo de Execução Penal – Casa de Detenção**

Dr. Pedro Lino Silva Curvelo  
**Promotor de Justiça da 2ª Vara de Execução Penal da Capital**

Dr. Ariston Chagas Apoliano Júnior  
**Coordenador Executivo da (UMF)**

Dra. Maria da Conceição R. F. Souza  
**Comissão Direitos Humanos OAB**

Dr. Maymone Barros Lima  
**Delegado SSP-MA**

Dra. Ana Karolina Nunes  
**Presidente da Comissão OAB Políticas Penitenciária**

Dra. Camila Portela  
**SEDIHPOP**

Dra. Simone Costa Miranda Araújo  
**Coordenadora de Medidas Socioeducativas da SEDUC**

Raimundo Nonato Araújo Fonseca  
**Diretor da UPR Olho D' Água**



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Adrielle Araújo  
**Secretaria da 1ª Vara da Família de São Luís**

Odaiza Moura Gadelha Neta  
**Secretaria Adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária**

Dr. Gerson Lelis Costa  
**Presidente do Conselho da Comunidade**

Jose Ribamar Santos Coelho  
**Conselheiro do Conselho da Comunidade**

Maercio de Assis Coelho Cutrim  
**Diretor Geral Albergue**



## ATA DE REUNIÃO

Às treze horas do dia cinco de setembro de dois mil e dezesseis, no Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, iniciou-se a oitava Reunião da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário a fim de tratar sobre “Dignidade do Cárcere Feminino”. Reuniu-se a Dra. Caroline Christine Barros Nogueira – Defensora Pública do Núcleo de Execução Penal – CDP e Centro de Triagem, Dra. Laurinda Maria de Carvalho Pinto – Secretária de Estado da Mulher, Dra. Cláudia Gouveia – Assessora da Secretaria de Estado da Mulher, Dra. Ana Karolina Nunes – Presidente da Comissão de Políticas Penitenciárias da OAB, Dra. Camila Portela da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, Dra. Simone Costa Miranda Araújo, Coordenadora de Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado da Educação e Coordenadora do Núcleo de Educação nas Prisões, Dra. Silva Novais, da Ouvidora da Secretaria de Estado da saúde, Dra. Maria do Socorro, da Secretaria de Estado da Saúde, Dra. Rosana Galvão, Conselheira Federal OAB/MA, Dr. Paulo Adriano Abreu, Gestor de Atendimento e Humanização Penitenciária Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, Dr. Ariston Chagas Apoliano Júnior, Coordenador Executivo da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, Ana Lúcia Ramos Araújo, Chefe da Divisão Começar de Novo da UMF/TJMA, Joseane Ferreira Froes, Chefe da Divisão Técnica da UMF/TJMA. As atividades foram iniciadas pelo Coordenador Executivo Ariston Apoliano, que deu boas-vindas aos presentes, mencionando as instituições presentes. Em seguida justificou a ausência do Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho e Dr. Edimar Fernando Mendonça. Passando a palavra para a Dra. Laurinda Maria, que afirmou a existência de um Núcleo de Educação dentro do Presídio Feminino, o qual está desenvolvendo atividades na área de beleza e estética, como parte do trabalho de reeducação; mencionou ainda que foi reativado o Núcleo de Educação para ser expandindo a outras comarcas. Discorreu que está sendo implantado no Presídio Feminino o “Projeto de Corte e Costura”, e tem grande perspectiva de trabalhar os valores culturais, citou sobre as peças femininas que são confeccionadas dentro do Presídio e vendidas em São Paulo, e acredita na expansão das vendas através da internet. Falou



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

que na comarca de Davinópolis, será implantando projeto de estética e depilação, e que o perfil das mulheres é de baixa criminalidade sendo a maioria abordada pelo tráfico, comentou que gostaria que o órgão contribuísse ainda mais nesse projeto. Dra. Laurinda Maria mencionou que está sendo elaborado um projeto para atender mães grávidas no Sistema Prisional, pois para ela é inadmissível a criança conviver neste ambiente durante a amamentação e pretende construir um “Centro de referência para as mães gestantes”. Dra. Claudia Gouveia, falou que foi feito muitas atividades de leitura, abordando romance e literatura; disse que possui trinta e seis apenas na oficina de corte e costura. Dr. Paulo Adriano parabenizou a Dra. Laurinda pelo projeto e falou que a padaria do Presídio Feminino está em funcionamento. Dra. Simone Costa mencionou que está ocupando o cargo de Coordenadoria de Educação nas Prisões, substituindo a Dra. Carolina Coimbra; para ela, foi muito gratificante ter uma egressa como vencedora do concurso de redação da DPU, e que a implantação deste concurso de redação pela Defensoria Pública do Estado ajuda bastante na ressocialização das apenadas. A assessora da Secretária da Mulher, retomou a palavra e discorreu sobre as mudanças de comportamento das apenadas no momento que começam a estudar. A Dra. Caroline apresentou o relatório de inspeção feita pela Defensoria Pública abordando sugestões, recomendações e problemas. Está inspeção ocorreu no Presídio Feminino no dia trinta e um de agosto. Falou que a capacidade da Unidade é de duzentos e dezesseis internas, mas atualmente tem duzentos e setenta e sete apenadas; que no bloco das internas sentenciadas havia presas condenadas no regime semiaberto e fechado, e disse ainda que durante a inspeção, várias internas sentenciadas reclamaram da falta de oportunidades para trabalhar e estudar, apesar de haver a disponibilização de vagas de trabalho e de estudo para presas provisórias; quanto às refeições, são fornecidas pela SEAP. A Dra. Caroline discorreu ainda que a Unidade está sem atendimento médico desde o mês de junho, apesar de haver presas gestantes e também com filhos no presídio, foi feito levantamento das gestantes, inclusive da apenada que está com gravidez de risco. Dr. Ariston Apoliano pediu para encaminhar ao GMF, ofícios, levantamentos e atividades que ocorrem no Presídio Feminino, sugeriu a criação de um grupo permanente de trabalho para atuação exclusiva junto as mulheres encarceradas; sugeriu também a efetivação do Estatuto da Primeira Infância, no sentido de garantir prisão domiciliar para gestantes e mães de filhos pequenos; sugeriu ainda o levantamento de ações educacionais e de trabalho no presídio



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

feminino, para divulgação. Após isso, Dr. Ariston Apoliano sugeriu algumas pautas a serem discutidas nas próximas reuniões e agradeceu a todos que compareceram à Reunião. Nada a mais a ser tratado encerrou-se a reunião. Eu José Henrique Santos Sá Sobrinho lavrei esta Ata, que vai assinada pelos presentes.

São Luís, 05 de setembro de 2016

Presentes:

Dra. Caroline Christine Barros Nogueira  
**Defensora Público do Núcleo de Execução Penal – CDP e Centro de Triagem**

Dra. Laurinda Maria de Carvalho Pinto  
**Secretária de Estado da Mulher**

Dra. Cláudia Gouveia  
**Assessora da Secretária da Mulher**

Dra. Silva Novais  
**Ouidora da SES**

Dra. Maria do Socorro  
**Secretária de Estado da Saúde**

Dra. Rosana Galvão  
**Conselheira Federal OAB/MA**

Dr. Paulo Adriano Abreu  
**Gestor de Atendimento e Humanização Penitenciária SEAP**





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Dr. Ariston Chagas Apoliano Júnior  
**Coordenador Executivo do (GMF)**

Dra. Ana Karolina Nunes  
**Presidente da Comissão OAB Políticas Penitenciária**

Dra. Camila Portela  
**SEDIHPOP**

Dra. Simone Costa Miranda Araújo  
**Coordenadora de Medidas Socioeducativas da SEDUC e Coordenadora de Educação nas Prisões**

Ana Lúcia Ramos Araújo  
**Chefe Divisão Começar de Novo da UMF/TJMA**

Joseane Ferreira Fróz  
**Chefe Divisão Técnica da UMF/TJMA**

Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues  
**Secretário Administrativo da UMF/TJMA**



## ATA DE REUNIÃO

Às dez horas do dia sete de outubro de dois mil e dezesseis, no Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, iniciou-se a Nona Reunião do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário a fim de tratar sobre a “Súmula Vinculante 56 do Supremo Tribunal Federal”. Reuniu-se o Desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro, Dr. Edimar Fernando Mendonça – Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Penal, Dra. Ana Maria Almeida Vieira – Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Capital, Dr. Celso Serafim Júnior – Juiz de Direito da Comarca de Matinha, Dra. Mirella Cezar Freitas – Juíza da Comarca de Itapecuru Mirim, Dra. Tereza Castro Franco Palhaes – Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Pinheiro, Dr. Rodrigo Costa Nina – Juiz de Direito da Comarca de Santa Luzia do Paruá, Dr. Pedro Lino Silva Curvelo – Promotor de Justiça da 2ª Vara de Execução Penal da Capital, Dra. Caroline Christine Barros Nogueira – Defensora Pública do Núcleo de Execução Penal CDP e Centro de Triagem, Dr. Bruno Dixon de Almeida Maciel – Defensor Público do Núcleo de Execução Penal Penitenciária São Luís I, Dra. Ana Luísa Silva Falcão – Subsecretaria da Secretaria de Estado e Administração Penitenciária – Dra. Simone Costa Miranda Araújo – Coordenadora de Medidas Socioeducativas da SEDUC e Educação nas Prisões, Dra. Rosana Galvão – Comissão de Políticas Criminosa e Penitenciária OAB, Dr. Luís Carlos dos Santos Cintra – Superintendente de Combate à Violência Institucional, Ariston Apoliano Chagas Júnior – Coordenador Executivo da GMF, Ana Lúcia Ramos Araújo – Chefe Divisão Começar de Novo, Joseane Ferreira Fróes – Chefe Divisão Técnica GMF, Larissa Araújo Soares – Chefe Divisão Jurídica GMF, Julyana Val de oliveira – Analista Judiciário Direito, Gerson Lelis Costa – Presidente do Conselho da Comunidade, José Ribamar Santos Coelho – Conselheiro do Conselho da Comunidade. As atividades foram iniciadas pelo Coordenador do Grupo de Monitoramento – Ariston Apoliano que deu boas-vindas aos presentes e em seguida fez uma breve apresentação dos representantes dos órgãos que se encontravam presentes. Logo após passou a palavra a Dra. Caroline Christiane, que apresentou a “Súmula Vinculante 56 do STF e ressaltou que “é um passo relevante para o Judiciário, e vem sendo bem relativo nas propostas que estão sendo



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

oferecidas. Dr. Bruno Dixon cumprimentou os presentes e discorreu que o alvo principal são os apenados sentenciados em regime semiaberto. Faloutambém sobre: os “Parâmetros Fixados pelo Recurso Extraordinário 641 320” destacando a saída antecipada de sentenciado no regime por falta de vagas; sobre a liberdade eletronicamente monitorada; sobre o sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; sobre o cumprimento de penas restritivas de direito e o direito ao estudo do sentenciado que progride ao regime aberto, até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, podendo ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado ou, havendo déficit de vagas, deverão ser determinados. Falou ainda do “Fundamentos Constitucionais da Impossibilidade de Cumprimento da Pena em Regime mais Gravoso”, que diz, conforme ficou assentado no voto do Ministro Relator Gilmar Mendes, no RE 641 320, que não se pode tolerar a submissão do preso sentenciado em regime de cumprimento de pena mais do aquele fixado na sentença penal condenatória, em respeito ao fundamento constitucional a Dignidade da Pessoa Humana, às garantias constitucionais da individualização da pena (art. 5º, XLVI) e da legalidade (art. 5º, XXXIX). Dr. Bruno Dixon falou ainda sobre o “Panorama da Situação do Estado do Maranhão”, destacando a UPR São Luís 1 (Penitenciária de Pedrinhas) que custodia apenas presos sentenciados no regime semiaberto com capacidade de trezentos e quarenta presos e com lotação atual de trezentos e quarenta presos; a UPR do Monte Castelo acolhe os presos do regime semiaberto com autorização de trabalho externo, com capacidade de cem presos e lotação atual de oitenta e dois presos, fez um destaque a esta UPR do Monte Castelo. Após isso, a Dra. Ana Maria mencionou que, quando o apenado chega no Centro de Triagem, é entregue a guia e é feito o monitoramento. Dr. Bruno Dixon retomou a palavra e comentou o relatório do Presídio Feminino, citando o Bloco da Margaridas, como é denominado pelas apenadas, de que elas têm autorização para a realização de serviços externos, tendo que voltar à noite e que ficam sujeitas a risco: há duas presas aguardando sentença, vinte internas com situação regular no processo. Acrescenta o referido Defensor que foi solicitado pela Defensoria Pública para a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária fazer o levantamento, e disse que é de grande importância a aplicação desta súmula no Sistema Prisional. A Dra. Ana Maria, falou que tem de ser observado os parâmetros nesta Súmula, e que, na Unidade Feminina, o problema é que os dois regimes são aplicados, e todos os benefícios do regime semiaberto estão



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

garantidos. Citou ainda a referida magistrada que a Portaria 76 foi editada devido ao problema da crise, e que o Estado tem que cumprir com a criação dos estabelecimentos penais e ampliar vagas para o regime semiaberto. Discorreu ainda que o problema de superlotação é problema do poder Executivo e não do Judiciário. Dra. Mirella Cezar relatou que a aplicação da Súmula deve ser analisada assim como a Dra. Ana falou, sugerindo à SEAP fazer uma reunião com os Juízes, posto que o Estado não está suportando a demanda de torçozeleiras. Dra. Ana Maria propôs que façam um grupo com Juízes para sentar e conversar. Dr. Pedro Lino falou que tem acompanhado o relatório do NUNEG, e disse que não está chegando a 40 por cento, e que vai entrar com uma ação Pública para o Estado criar estabelecimento penais. Dr. Bruno Dixon falou das sugestões de Medidas para o cumprimento da Súmula Vinculante 56 do STF no Estado do Maranhão: primeiro ponto, levantamento dos presos e presas sentenciados no regime semiaberto que cumprem a pena em unidades prisionais destinadas à custódia de internos do regime fechado e provisório (na reunião da UMF do mês de setembro, já foi solicitado a elaboração junto à SEAP); segundo ponto, a edição de provimento pela Corregedoria Geral de Justiça, orientando os magistrados quanto à necessidade de aplicação da Súmula Vinculante 56; terceiro ponto, notificação da UMF/TJMA de cada caso de prolação da sentença penal condenatória, com a fixação do regime semiaberto, para fins de monitoramento da situação, lembrando que o Poder Executivo tem que zelar pela segurança pública, e agradeceu a colocação de todos. Dra. Caroline Christianer retomou a palavra e afirmou que em nenhum momento estamos querendo acabar com o regime semiaberto, que apenas estamos a cumprir a Súmula 56 do STF, agradeceu em compartilhar a felicidade da discussão e o acolhimento do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário em respeito da Pauta. Ariston Apoliano, relatou que a próxima pauta ficará com o Dr. Pedro Lino, e umas das deliberações da reunião é a criação de grupos entre os Juízes de cada Comarca. Em seguida, agradeceu a todos que compareceram na Reunião. Nada a mais a ser tratado encerrou-se a reunião eu, José Henrique Santos Sá Sobrinho, lavrei esta Ata, que vai assinada pelos presentes

São Luís, 07 de outubro de 2016



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Presentes:

Vicente de Paula Gomes de Castro  
**Desembargador**

Dr. Edimar Fernando Mendonça  
**Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Penal**

Dra. Ana Maria Almeida Vieira  
**Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Capital**

Dr. Celso Serafim Júnior  
**Juiz de Direito da Comarca de Matinha**

Dra. Mirella Cezar Freitas  
**Juíza da Comarca de Itapecuru Mirim**

Dra. Tereza Castro Franco Palhaes  
**Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Pinheiro**

Dr. Rodrigo Costa Nina  
**Juiz de Direito da Comarca de Santa Luzia do Paruá**

Dr. Pedro Lino Silva Curvelo  
**Promotor de Justiça da 2ª Vara de Execução Penal da Capital**

Dra. Caroline Christine Barros Nogueira  
**Defensora Pública do Núcleo de Execução Penal – CDP e Centro de Triagem**



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Dr. Bruno Dixon de Almeida Maciel  
**Defensor Público do Núcleo de Execução Penal Penitenciária São Luís I**

Dra. Ana Luísa Silva Falcão  
**Subsecretaria da Secretaria de Estado e Administração Penitenciária**

Dra. Simone Costa Miranda Araújo  
**Coordenadora de Medidas Socioeducativas da SEDUC e Educação nas Prisões**

Dra. Rosana Galvão  
**Comissão de Políticas Criminosa e penitenciária OAB**

Dr. Luís Carlos dos Santos Cintra  
**Superintendente de Combate à Violência Institucional**

Ariston Apoliano Júnior  
**Coordenador Executivo da GMF**

Ana Lúcia Ramos Araújo  
**Chefe Divisão Começar de Novo**

Joseane Ferreira Froes  
**Chefe Divisão Técnica GMF**

Larissa Araújo Soares  
**Chefe Divisão Jurídica GMF**



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Julyana Val de oliveira  
**Analista Judiciário Direito**

Gerson Lelis Costa  
**Presidente do Conselho da Comunidade**

José Ribamar Santos Coelho  
**Conselheiro do Conselho da Comunidade**



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

## ATA DE REUNIÃO

Às treze horas do dia setede novembro de dois mil e dezesseis, no Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, iniciou-se a décima Reunião do Grupode Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerárioa fim de tratar sobre a“Função dos Especialistas Penitenciários Jurídicos - EPJ”.Reuniu-seo Dr. Edimar Fernando Mendonça – Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Penal, Dr. Pedro Lino Silva Curvelo – Promotor de Justiça da 2ª Vara de Execução Penal da Capital, Dr. Vinicius Carvalho Goulart Reis – Defensor Público do Núcleo de Execução Penal – Casa de Detenção, Delegado Saulo de Tarso – Subsecretario de Segurança Pública, Odaíza Moura Gardelha Neta – Secretária Adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária, André Luís Mendonça Martins – Supervisor de Assistência Jurídica, Camila Portela – SEDIHPOP, Tem coronel Ciro – Coordenador do Presídio Militar, Ariston Apoliano Júnior – Coordenador Executivo do GMF, Gerson Lelis Costa – Presidente do Conselho Penitenciário, José Ribamar Santos Coelho – Conselheiro do Conselho da Comunidade e as presença dos Especialistas Penitenciários Jurídicos. As atividades foram iniciadas pelo Coordenador do Grupo de Monitoramento – Ariston Apoliano, que deu boas-vindas aos presentes, e, em seguida, fez uma breve apresentação dos representantes dos Órgãos presentes, justificando que a escolha do tema foi realizada pelo Dr. Pedro Lino Silva,e ressaltou acerca das deliberações feitas na nona reunião – GMF,às quais estão sendo executadas, e, em seguida, passou as palavras ao Supervisor André Luís, que mencionou a “Portaria Nº 562, de 21 setembro de 2015”que dispõe sobre as atribuições e procedimentos a serem seguidos pelos Especialistas Penitenciários Jurídicos – EPJ da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP e dá outras providências. Falou da composição da Supervisão de Assistência Jurídica contido no Art. 1º parágrafo único, das atribuições dos EPJno Art. 2ºno inciso II,onde fez a seguinte observação que precisam ter um acesso mais aprimorado aos presos de Justiça, os EPJ prestam informações aos Defensores Públicos e Promotores de Justiça durante as inspeções quando solicitado. Discorreu ainda sobre a alimentação do SIISP que não está condizente as informações a ser adquirida e precisam ser ajustadas. Sempre orienta os EPJ a não usar a senha pessoal, o mais indicado é usa a senha no modo diretor. Disse que os apenados ao receber noticiais que não terá sua liberdade ficam triste, precisando em





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

alguns casos ser encaminhado ao atendimento psicossocial. E fez jus do Art. 2º §1º. Que diz “ é vedado ao EPJ inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil desempenhar advocacia privada ou administrativa em favor de presos que se encontram custodiados na mesma Unidade Prisional de lotação ou em qualquer outra no Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão. E concluiu falando que o interno chega sem nenhuma documentação no Nina Rodrigues, e a Própria UMF se coloca à disposição para atender a essas demandas. Dr. Pedro Lino Silva se apresentou aos presentes e falou que observa nas audiências os apenados estarem sem advogado, e que os presos estão sendo prejudicado pois o apenado não estão tendo a defesa como deveria acontecer. Apresentou através de Slides abordando assunto sobre a “Assistência Jurídica aos presos”, a CF, art., 5, inciso LXXIV (o estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos). Disse ainda o caso de uma apenada que estava com uma carta de livramento mais não sabia o real motivo deste documento. Dr. Pedro Lino, comentou sobre a Lei 12.313, de 19/08/2010 – acrescenta o capítulo IX na Lei de Execuções penais, conferindo atribuições na Execução Penal, aos Defensores Públicos. Falou da competência da SEAP em fiscalizar, acompanhar por meio dos EPJ e Supervisão de Assistência Jurídica na elaboração do prontuário Geral, ficha de resumo processual e histórico de atendimento. Pediu informações à Defensoria Pública em relação ao atendimento dos presos, e espera que através desta conversa aja uma solução. Dr. Vinicius Carvalho Goulart falou da abordagem histórica de como a Defensoria Pública chegou a 11 Defensores, e cada Defensor é responsável por uma Unidade Prisional onde atendem os apenados, gerando uma demanda muito grande. Falou ainda em relação ao atendimento jurídico que gerou um termo de cooperação com a SEAP, e nas suas visitas as Unidades houve contato direto com as Assistentes Sociais e EPJ nas suas visitas. E discorreu que todas as comarcas têm que haver Defensores Públicos, nas comarcas. Ariston Apoliano retomou as palavras e falou dos seguintes pontos, “Acesso aos Jurisconsult pelos EPJ”. Fabricio pediu para que todos os EPJ encaminha-se uma relação com seus respectivos dados, para a Corregedoria providenciar o cadastramento no Jurisconsult, disponibilizando acesso a saída temporária dos apenados. Ariston Apoliano falou ainda da “Alimentação do Sistema Themis”, “ Atendimento pela Defensoria e EPJ”. E mencionou as seguintes deliberação: a necessidade de melhorar o atendimento dos internos nos presídios do Estado e a proibição dos EPJ em fazê-lo, possibilidade de



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Nulidade dos processos Disciplinares Interno (PDI) em virtude que o EPJ assessora o Diretor da Unidade e defende o preso no mesmo processo, considerando ainda, que a possível nulidade acarretará uma boa conduta carcerária e com isso presos que não teriam direito a benefícios passaram a ter por não ter processo na vara de execução faltas disciplinares cometido pelo interno. Ficou criado o grupo de trabalho para modificar a Portaria que define as atribuições dos EPJ nas unidade prisionais do Estado com prazo até o dia 21 de setembro de 2016. Em seguida agradeceu a todos que compareceram na Reunião. Nada a mais a ser tratado encerrou-se a reunião. Eu José Henrique Santos Sá Sobrinho lavrei está Ata, que vai assinada pelos presentes

São Luís, 07 de novembro de 2016

Presentes:

Dr. Edimar Fernando Mendonça  
**Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Penal**

Dr. Pedro Lino Silva Curvelo  
**Promotor de Justiça da 2ª Vara de Execução Penal da Capital**

Dr. Vinicius Carvalho Goulart Reis  
**Defensor Público do Núcleo de Execução Penal – Casa de Detenção**

Delegado Saulo de Tarso  
**Subsecretario de Segurança Pública**

Odaíza Moura Gardelha Neta  
**Secretária Adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária**

André Luís Mendonça Martins  
**Supervisor de Assistência Jurídica**

Camila Portela  
**SEDIHPOP**

Coronel Ciro  
**Coordenador do Presídio Militar**

Gerson Lelis Costa  
**Presidente do Conselho da Comunidade**

José Ribamar Santos Coelho  
**Conselheiro do Conselho da Comunidade**



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

## ATA DE REUNIÃO

Às quinze horas do dia cinco de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, no Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, realizou-se a décima primeira reunião do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário a fim de tratar sobre a “Execução das Medidas Socioeducativas no Estado”. Reuniram-seo Dr. José dos Santos Costa – Juiz Titular da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís; Elaine Monteiro – Defensoria Pública do Estado do Maranhão; Dr. Celso Serafim Júnior – Juiz de Direito da Comarca de Matinha; Samira Ferreira Albuquerque- Assessora de Promotor de Justiça / 37ª Promotoria Especialidade SLZ; Dr. Luiz Carlos dos Santos Cintra – Superintendente de Combate à Violência Institucional; Camila Portela – SEDIHPOP; Elizangela Cardoso – Presidente da FUNAC; Francisco Gonçalves – Secretário de Estado de Direitos Humanos Participação Popular/SEDIHPOP; Simone Costa Miranda Araújo – Coordenadora de Medidas Socioeducativas da SEDUC e Prisionais; Priscila Suaze – FUNAC/Comunicação; Nelma P. da Silva – FUNAC CPSE; Ana Margarida B. Santos – Assistente Social; Rita Oliveira – FUNAC; Nubervane Moreira – FUNAC/CPSE; Ana Carolina Silva Costa Monteiro – Analista Judiciária da Coordenadoria da Infância e Juventude; Maria Teresa Feitosa Rêgo – Secretária da Coordenadoria da Infância e Juventude; Ariston Apoliano Júnior – Coordenador Executivo da UMF; Gerson Lelis Costa – Presidente do Conselho Penitenciário e da Comunidade; José Ribamar Cardoso – Conselheiro do Conselho da Comunidade ; Joseane Ferreira Fróes – Chefe Divisão Técnica; Karla Alencar – Analista Judiciária da UMF; Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues – Analista Judiciário da UMF. As atividades foram iniciadas pelo Coordenador do Grupo de Monitoramento – Ariston Apoliano que deu boas-vindas aos presentes em seguida fez sua apresentação e pediu para cada participante se apresentarem. Justificou a ausência do Desembargador Fróz Sobrinho por motivo de saúde. Falou que o assunto da pauta foi um pedido da Secretaria Direitos Humanos. Apresentou o novo Site da UMF, com disponibilidade de acessos atas, relatórios, e demais atividades do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário. Em seguida passou as palavras ao Dr. José dos Santos que discorreu sobre as Medidas Socioeducativas, podem ser por “meio aberto”



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

responsabilidade do Município e “meio fechado” responsabilidade do Estado”. Falou das inspeções feita em meio aberta tinha auto índice de descumprimento. E a Unidade do Alto da Esperança tem se constituído uma unidade de internação sanção. E mencionou que alguns Municípios que recebem Benefícios Federais estão sendo obrigado a devolver. Destacou a estrutura Sócio Educativa meio fechado é muito frágil e não a espaço em algumas unidades. Falou que o Maranhão é o menor estado em internação do Brasil. Disse que saiu dois projetos neste Governo com a criação de duas Unidades Metropolitana em Paço do Lumiar e Imperatriz. E o levantamento de 2009 a 2014 tem 101 orbito, e de 2014 a 2016 houve casos de torturas. Dr. Elisangela Cardoso, falou que a FUNAC está vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, e ela é responsável pela execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e medida cautelar de internação provisória no Estado do Maranhão. A sua missão é garantir o cumprimento da política de atendimento especial a adolescente em conflito com a lei, de forma articulada, promovendo o seu desenvolvimento pessoal e social a partir da valorização de suas potencialidades e habilidades. Discorreu ainda sobre a evolução do atendimento por ano e em 2016 de “janeiro a setembro 2.008 adolescentes foram atendidos em unidades”. Apresentou os Desafios do contexto situacional da FUNAC com aumento no quantitativo do adolescente em envolvimento em atos infracionais graves causando assim a superlotação das unidades de atendimentos, a estrutura ainda precária das Unidades de atendimento, da cultura de criminalização de adolescente e logística higienista, dificuldade da comunidade socioeducativa em compreender o SINASE a partir de uma lógica de Direitos Humanos e rejeição das comunidades onde funcionam as Unidades de Atendimento Socioeducativa. Mencionou da fragilidade dos vínculos familiares dos adolescentes, da baixa escolaridade dos adolescentes atendidos, da saúde mental, do envolvimento dos adolescentes em facções criminais, e o ato infracional à maioria se dar por roubo. Dra. Elisangela Cardoso apresentou estratégias de intervenção na FUNAC: ampliação de 75 vagas de internação em São Luís e Imperatriz e 20 vagas de semiliberdade em Pinheiro, abertura de 02 unidades de internação em São Luís e Imperatriz 01 unidade de Semiliberdade em Pinheiro, a previsão de construção de 04 centros socioeducativos regionalizados de internação e internação provisória nas regiões metropolitana Imperatriz, Pindaré e Cocais. Criação da coordenação de segurança e de regionalização para intervenção estratégica tens feita parceiras muito grandes para a



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

segurança externa, a garantia da equipe multidisciplinar prevista pelo SINASE Assistentes Sociais, Advogados, Psicólogos e Pedagogos, os quais constroem coletivamente o plano individual de atendimento de cada adolescente observando as singularidades de cada sujeito nesse processo de ressocialização. Falou que a FUNAC tem que garantir as 6 refeições para a família não levar por motivo de segurança. É de grande responsabilidade coordenar a FUNAC agradeceu a todos e se colocou à disposição para qualquer esclarecimento. Dr. Francisco Gonçalves, falou que a situação da FUNAC não a indicadores graves igual a outros estados, só ocorrência de fugas. Precisar fazer debates sobre “Medidas Meia Abertas” com o Tribunal, Prefeitura e Juízes para discutir assuntos que envolvem crianças e adolescentes. Aguarda decisão do Governo para sai dessas estruturas provisórias para evitar situações mais graves. A FUNAC já apresentou um plano para o Governo do Estado. Ariston Apoliano retomou as palavras e citou as seguintes deliberações: primeira apresentação do centro integrado; segundo maiores informações e celeridade na licitação para construção das unidades provisórias e definitivas de São Luís (definitiva), Pinheiro (provisória e definitiva), Região de Caxias e Timon (provisória e definitiva) e Imperatriz (provisória e definitiva); terceira proposta de reuniões com as Prefeituras e Juízes para melhor utilizar os CREAS no municípios pela magistratura, através de encontros setoriais para fomentação do uso do dispositivo nas medidas em meio aberto; e quarta a SSP fica responsável em verificar a situação dos inquéritos dos adolescentes mortos e informar se há uma estratégia de Segurança Pública para as medidas socioeducativas, tendo em vista a existência de facções nas unidades de São Luís. Em seguida agradeceu a todos que compareceram a última reunião do GMF do ano de 2016. E nada a mais a ser tratado encerrou-se a reunião. Eu José Henrique Santos Sá Sobrinho lavrei está Ata, que vai assinada pelos presentes

São Luís, 05 de dezembro de 2016

Presentes:

Dr. José dos Santos Costa  
**Juiz Titular da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís**

Dra. Elaine Monteiro  
**Defensoria Pública do Estado do Maranhão**



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Dr. Celso Serafim Júnior  
**Juiz de Direito da Comarca de Matinha**

Samira Ferreira Albuquerque  
**Assessora de Promotor de Justiça / 37ª Promotoria Especialidade SLZ**

Dr. Luiz Carlos dos Santos Cintra  
**Superintendente de Combate à Violência Institucional**

Elizangela Cardoso  
**Presidente da FUNAC**

Francisco Gonçalves  
**Secretário de Estado de Direitos Humanos Participação Popular/SEDIHPOP**

Simone Costa Miranda Araújo  
**Coordenadora de Medidas Socioeducativas da SEDUC e Prisional**

Priscila Suaze  
**FUNAC/Comunicação**

Nelma P. da Silva  
**FUNAC CPSE**

Ana Margarida B. Santos  
**Assistente Social**

Rita Oliveira  
**FUNAC**

Nubervane Moreira  
**FUNAC/CPSE**

Ana Carolina Silva Costa Monteiro  
**Analista Judiciária Coordenadoria da infância e Juventude**

Maria Teresa Feitosa Rêgo  
**Secretaria da Coordenadoria da infância e Juventude**

Ariston Apoliano Junior  
**Coordenador Executivo da UMF**

Joseane Ferreira Fróes  
**Chefe Divisão Técnica**

Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

## **Analista Judiciário UMF**

Camila Portela  
**SEDIHPOP**

Gerson Lelis Costa  
**Presidente do Conselho do Penitenciário e da Comunidade**

José Ribamar Santos Coelho  
**Conselheiro do Conselho da Comunidade**